

PARA TODOS EXPECTATIVA É DE REPASSE ANUAL PARA OS MUNICÍPIOS DE R\$ 150 MILHÕES

# Fundo estadual beneficiará quem não produz petróleo

Estado vai abrir mão de parte dos royalties que recebe para dividir com 69 cidades

RITA BRIDI  
rbridi@redgazeta.com.br

Na tentativa de evitar que a receita gerada pela atividade petrolífera beneficie apenas os municípios produtores de petróleo e gás, e contribua para aumentar as distorções na divisão dos recursos, o Estado decidiu abrir mão de uma parcela da parte que lhe pertence para distribuir entre os municípios que menos recebem royalties.

Ainda neste mês, o governador Paulo Hartung envia à Assembléia Legislativa projeto de lei propondo a criação de um fundo estadual que será formado pela parcela dos royalties do Estado. O percentual que será destinado ao fundo e as regras para a apli-

cação do dinheiro ainda estão em discussão, mas, pela proposta inicial, 69 municípios serão beneficiados.

A meta do governo é que os repasses do dinheiro do fundo para os municípios comecem no segundo semestre. O secretário estadual de Economia e Planejamento (Sep), Guilherme Dias, que recebeu do governador a incumbência de estruturar o fundo, estima que em 2010, quando a produção de petróleo no Espírito Santo deverá ser de 400 mil barris/dia, o repasse anual para os municípios seja da ordem de R\$ 150 milhões.

Para se ter idéia da importância desse dinheiro para a economia das cidades, basta lembrar que, em 2004, os 78 municípios capixabas investiram R\$ 375 milhões. Isso, somando o dinheiro disponibilizado por todas as fontes. No mesmo ano, os investimentos feitos pelos municípios que seriam beneficiados pelo fundo somaram R\$ 186 milhões.

“Queremos, com a criação do fundo, reduzir as desigualdades de receita tributária entre os municípios capixabas”, sina-

liza o secretário. Ele lembra que, hoje no Estado, uma concentração de arrecadação tributária de poucos municípios, por conta da legislação que beneficia as cidades que sediam grandes plantas industriais.

Os prefeitos reclamam dos critérios – definidos pela legislação federal – que são utilizados para definir a cota de cada município na distribuição do ICMS. E as reclamações não são injustificadas. A população das cidades, por exemplo, não é considerada na divisão do bolo. “O povo não conta na distribuição do ICMS”, confirma.

O crescimento da produção de petróleo e gás – em 2010, o volume será nove vezes maior que os atuais 45 mil barris – vai acentuar as desigualdades. Isso porque alguns municípios passarão a receber a renda de petróleo e gás e terão crescimento na participação do ICMS. E os administradores sabem: poucas cidades com muito dinheiro é um indicativo de concentração do desenvolvimento, crescimento da desigualdade social e queda da qualidade de vida para maior número de pessoas.



## Divisão do dinheiro

Confira o índice que cada prefeitura vai ter no fundo estadual de petróleo. Esse índice é baseado na população, percentual de repasse do ICMS e se recebe ou não royalties. Quem tem participação acima de 10% no ICMS e mais de 1% dos royalties dos municípios, não receberá dinheiro do fundo. Quanto maior o índice, mais dinheiro a prefeitura vai receber. Confira.

Ranking por ordem crescente	Município	População	Índice (%) ICMS - 2006	Índice (%) Royalties 2006
<b>Excluídos do fundo de petróleo</b>				
1	Aracruz	70.898	7,108 -	
2	Conceição da Barra	28.655	0,805 -	
3	Itapemirim	31.334	1,217 -	
4	Jaguare	20.816	1,121 -	
5	Linhares	119.824	3,334 -	
6	Presidente Kennedy	9.618	0,304 -	
7	São Mateus	99.133	1,828 -	
8	Serra	371.986	15,795 -	
9	Vitória	309.507	21,333 -	
<b>Incluídos do fundo de petróleo</b>				
1	Anchieta	21.352	2,456	0,296
2	Governador Lindenberg	9.826	0,539	0,621
3	Mucurici	6.153	0,326	0,643
4	Marechal Floriano	13.555	0,707	0,653
5	Conceição do Castelo	11.103	0,570	0,663
6	Venda Nova do Imigrante	18.283	0,839	0,742
7	Vila Pavão	8.440	0,357	0,805
8	Ponto Belo	6.437	0,260	0,843
9	São Domingos do Norte	8.087	0,326	0,845
10	Baixo Guandu	28.177	1,132	0,848
11	Divino de São Lourenço	5.190	0,198	0,893
12	Santa Leopoldina	13.151	0,492	0,910
13	Vila Valério	14.228	0,530	0,914
14	Brejetuba	12.611	0,451	0,952
15	Santa Maria de Jetibá	31.599	1,112	0,968
16	Atilio Vivacqua	9.179	0,323	0,968
17	Ecoporanga	23.747	0,806	1,004
18	Águia Branca	9.486	0,312	1,036
19	Alto Rio Novo	6.695	0,219	1,041
20	Montanha	16.817	0,545	1,051
21	Marilândia	10.396	0,333	1,063
22	Laranja da Terra	11.087	0,348	1,085
23	Rio Bananal	16.784	0,521	1,097
24	Pinheiros	21.327	0,630	1,153
25	Ibitirama	10.009	0,295	1,156
26	Castelo	34.351	0,998	1,172
27	São Roque do Canaã	10.849	0,315	1,173
28	Ibiraçu	10.522	0,302	1,187
29	Dores do Rio Preto	6.662	0,190	1,194
30	Domingos Martins	32.860	0,929	1,205
31	João Neiva	16.239	0,448	1,235
32	Alfredo Chaves	14.113	0,388	1,239
33	Itarana	11.954	0,328	1,241
34	Iconha	12.153	0,332	1,247
35	São José do Calçado	10.621	0,290	1,247
36	Irupi	10.774	0,289	1,270
37	Santa Teresa	21.021	0,559	1,281
38	Itaguaçu	15.060	0,390	1,315



# Nove cidades capixabas ficarão de fora



**VERBA GARANTIDA.** Guarapari, com 0,7% do ICMS, receberá 4,7% do fundo. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

## Quem tem participação acima de 10% no ICMS e mais de 1% dos royalties não receberá recursos

Os critérios básicos para definir o índice de participação dos royalties do fundo são a população, o percentual de repasse do ICMS e o percentual dos royalties dos municípios. Quem tem participação acima de 10% no ICMS e mais de 1% dos royalties dos municípios não receberá dinheiro do fundo.

Dessa forma, nove cidades ficarão de fora. Os sete produtores de petróleo e gás – Aracruz, Conceição da Barra, Itapemirim, Jaguaré, Linhares, Presidente Kennedy e São Mateus – e Vitória e Serra, que tem 21,3% e 15,7%, respectivamente, de participação do ICMS.

A fórmula utilizada para o cálculo do índice do fundo faz

com que os municípios que tenham a menor participação do ICMS fiquem com uma fatia maior do dinheiro do fundo. Anchieta, com 2,4% de ICMS e cerca de 21 mil moradores, terá 0,2% do fundo. Guarapari, com 0,7% do ICMS, cerca de 102 mil habitantes, receberá 4,7% do fundo.

No ano de 2005, os repasses de royalties que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) fez para os municípios capixabas totalizaram R\$ 67,7 milhões. Os sete municípios que não terão dinheiro do fundo, ficaram com R\$ 62,8 milhões, 92%. Os dados comprovam a concentração do dinheiro.

“Se formos capazes de aplicar, com qualidade, esses recursos, poderemos dar um grande salto no desenvolvimento do Espírito Santo”, diz o secretário Guilherme Dias. Ele lembra que petróleo e gás “não trazem automaticamente riqueza para a população”, dependendo do modelo político e administrativo adotado.

Como exemplo cita o Rio de Janeiro. “Apesar de ser o maior produtor de petróleo do país, perdeu espaço econômico na federação e a região produtora ficou empobrecida”. O que acontece no Estado vizinho, segundo o secretário, pode servir de referência do modelo que não deve ser adotado.

O ideal, explica, é investir o dinheiro dos royalties em projetos que têm capacidade de promover o desenvolvimento do Estado. O governo vai trabalhar em duas frentes para melhor aproveitar a riqueza que virá do petróleo e gás e que um dia acaba.

Uma das propostas é trabalhar a carteira de projetos estruturantes, que virá do projeto Espírito Santo 2025, que de acordo com Dias, pode ser um bom guia para aplicar os recursos dos royalties. A outra frente de trabalho é a destinação de uma parcela dos royalties para reduzir as desigualdades de receita tributária entre os municípios.

38	Itaguaçu	15.060	0,390	1,315
39	Boa Esperança	14.077	0,358	1,339
40	Muniz Freire	19.449	0,489	1,355
41	Vargem Alta	19.579	0,490	1,361
42	Mantenópolis	11.311	0,280	1,376
43	Pancas	20.093	0,496	1,380
44	Apiacá	7.933	0,189	1,430
45	Rio Novo do Sul	11.921	0,280	1,450
46	Água Doce do Norte	12.777	0,291	1,495
47	Sooretama	20.364	0,456	1,521
48	Nova Venécia	44.814	0,962	1,587
49	Pedro Canário	22.276	0,476	1,594
50	Mimoso do Sul	27.306	0,570	1,632
51	Jerônimo Monteiro	10.851	0,225	1,643
52	São Gabriel da Palha	27.968	0,576	1,654
53	Muqui	13.696	0,275	1,696
54	Ibatiba	21.084	0,409	1,756
55	Viana	58.370	1,103	1,802
56	Lúna	27.723	0,523	1,805
57	Barra de São Francisco	38.551	0,726	1,809
58	Cachoeiro de Itapemirim	191.033	3,491	1,864
59	Bom Jesus do Norte	9.874	0,177	1,900
60	Afonso Cláudio	33.318	0,584	1,943
61	Colatina	109.226	1,889	1,969
62	Fundão	14.448	0,216	2,278
63	Alegre	32.377	0,472	2,336
64	Guaçuí	27.302	0,398	2,336
65	Vila Velha	387.204	5,624	2,345
66	Cariacica	349.811	3,500	3,404
67	Piúma	17.838	0,177	3,433
68	Marataizes	34.692	0,340	3,475
69	Guarapari	102.089	0,728	4,776
<b>Estado</b>		<b>3.352.024</b>	<b>100,000</b>	<b>100,000</b>

Fonte: Secretaria Estadual de Economia e Planejamento (SEP)

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

## Prefeito ainda não sabe se proposta foi totalmente aceita

Veio da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), a fórmula para calcular a parte do fundo que caberá a cada município. O presidente da entidade, Guerino Balestrassi, que é prefeito de Colatina, ainda não sabe se a proposta foi integralmente acatada pelo governo estadual.

Mesmo assim, comemora a decisão do governo de repassar para os municípios parte de sua receita proveniente dos royalties do petróleo e gás. “É importante que os municípios que não são produtores de petróleo possam dispor de mais recursos para investir”, destaca o prefeito.

Ele ressalta que, se a medida não fosse adotada, em pouco tempo, a maioria dos municípios capixabas não teria condi-

ções de crescer por falta de dinheiro para investir. No projeto que será encaminhado à Assembleia Legislativa, ficará explicitado que o dinheiro do fundo terá que ser aplicado só em investimentos.

A situação difícil para grande parte dos municípios, segundo Balestrassi, é resultado do atual modelo utilizado para a divisão do ICMS. A legislação federal determina os critérios para a distribuição de 75% do imposto e não inclui o número de habitantes das cidades.

O modelo “é perverso”, reclama o prefeito. Ele ressalta que enquanto a legislação não for modificada a distribuição de receita tributária para os municípios continuará sendo injusta e acentuará as desigualdades entre as cidades.

**Proposta.** Muitos Estados não têm interesse na mudança dos critérios para a distribuição do ICMS, embora a maioria dos municípios implore pela alteração. O deputado federal Renato Casagrande vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição federal para mudar a lei. A idéia é estabelecer que índice seja reduzido de 75% para 50%, no mínimo. Desta forma os Estados poderiam estabelecer seus próprios critérios para a distribuição de até 50% do ICMS.

Casagrande explica que a proposta não é impositiva e sim alternativa. Dá ao Estado, que desejar fazê-lo, a possibilidade de mudar os critérios da distribuição de uma maior parcela do ICMS.